



Clássico entre Operário e Cuiabá marcará reabertura do Dutrinha

A 'novela' do Dutrinha está perto de acabar. O mais tradicional estádio de Cuiabá deve ser entregue à população no dia 31 de janeiro, após passar por extensa reforma e ficar quase sete anos fechado. A reabertura ao público faz parte da programação especial em comemoração aos 70 anos de fundação do Dutrinha, que contará ainda com um duelo entre Cuiabá e Operário no dia 5 de fevereiro

PÁG. 6

Mauro prevê melhora até março

Gilberto Leite

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que Mato Grosso está em "condições normais" até março. Para conseguir o alívio na pandemia até lá, Mauro aposta que a vacinação irá avançar, fazendo com que a covid se transforme em uma gripe comum. Apesar de confiar nas previsões, o governador afirmou que continuará avaliando o comportamento da pandemia e tomará as medidas que julgar necessárias. "Eu vejo especialistas, uns falando em 15 dias, duas, três semanas... Isso está acontecendo lá na Europa, onde a onda [da ômicron] veio mais rápida e está se dissipando", disse

PÁG. 4



Cuiabá vive escassez de testes

Com o esgotamento do estoque de kits de testes rápidos para a covid-19, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), comentou que não há estrutura no mundo que consiga suprir a alta demanda provocada pela nova onda de casos da doença. Outras cidades do país, como São Paulo, também enfrentam escassez de testes neste começo de ano. Diante da situação, o prefeito orientou que as pessoas só procurem testagem se apresentarem sintomas de covid-19 ou se tiverem algum familiar ou colega de trabalho que contraiu a doença

PÁG. 3

'Sobra da Copa' é consertada

Após sete meses de obras de recuperação, foi liberado na manhã desta sexta-feira (28) o trânsito na parte inferior do Complexo Viário Engenheiro José Luiz Borges Garcia, a Trincheira Jurumirim, em Cuiabá. O elevador faz parte do pacote de obras idealizadas para a Copa do Mundo de 2014. O governador Mauro Mendes (DEM) disse que os serviços foram necessários para correção de falhas que foram encontradas ao longo dos últimos anos. O custo da reforma é de R\$ 14 milhões, incluindo a obra que ainda será feita na parte superior, prevista para ser entregue em 90 dias

PÁG. 3

2022: o último ano para investir

Os consumidores interessados em aproveitar a geração de energia solar sem a cobrança de mais um imposto têm até o final deste ano para fazer o projeto e instalação dos painéis solares. Conforme o marco do setor, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a cobrança será feita de forma gradual e pode alcançar mais de 20% até 2031. Muita gente já está de olho nisso. O mercado tem crescido de forma acelerada e o Brasil registrou um número recorde de novos projetos solares em 2021, atingindo 8,5 GW de geração distribuída

PÁG. 8

Mercado de imóveis tem maior alta

O cenário de inflação alta e consequente aumento da taxa básica de juros, a Selic, não desaqueceu o mercado imobiliário de Cuiabá, que continua apresentando sucessivas altas. O volume de recursos transacionados em 2021 aumentou 26% em relação ao ano de 2020, passando de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 4,3 bilhões. É o maior crescimento nos últimos cinco anos. O aumento mais recente, explica Marco Pessoz, foi influenciado pela pandemia de covid-19, iniciada em março de 2020

PÁG. 7

Nova onda impede saída de secretário

O secretário Gilberto Figueiredo continuará por mais algum tempo no comando da Secretaria de Estado de Saúde. Ele deveria deixar o cargo até o final de janeiro para disputar um cargo eletivo, mas o governador Mauro Mendes (DEM) decidiu pedir sua permanência devido ao aumento de casos de covid-19 nas últimas semanas. Mauro não informou até quando Gilberto irá permanecer na função, mas ressaltou que a permanência dele é essencial

PÁG. 4

Ledur é denunciada por mais um caso

A tenente do Corpo de Bombeiros, Izadora Ledur de Souza Dechamps, foi denunciada pelo Ministério Público de Mato Grosso pelo crime de tortura contra outro aluno do 15º Curso de Formação dos Bombeiros, em 2016. Ledur é a tenente condenada a um ano de prisão por maus tratos no caso da morte de Rodrigo Claro, que foi submetido a uma sessão de afogamento durante treinamentos ocorridos também no ano de 2016

PÁG. 6

Gilberto Leite



EDITORIAL

Só congelar não é suficiente

O preço dos combustíveis foi o principal componente da avassaladora inflação de 10% que devastou o orçamento das famílias brasileiras em 2021. Os combustíveis responderam diretamente por quase metade da carestia ocorrida no ano passado, ao mesmo tempo em que influenciou no aumento de outros produtos, como os itens de alimentação. Por isso, o congelamento do ICMS sobre os combustíveis é extremamente bem-vindo. Entretanto, é preciso ressaltar que ainda não é uma solução para o problema. Trata-se de um curativo colocado sobre uma ferida aberta, que precisa ser sutu-

rada para cicatrizar da forma correta.

Desde 2016 a Petrobras ignora o custo de produção na hora de elaborar seu preço final, ao contrário do que faz qualquer outro empresário no país. Em vez disso, a Petrobras usa uma fórmula que leva em consideração apenas o preço do barril de petróleo no mercado internacional e a cotação do dólar.

Em tempos adversos, como os atuais, o resultado é perverso para os motoristas, já que a desvalorização do real e a conjuntura do mercado internacional de petróleo fazem os preços subirem às alturas. Por

isso os reajustes foram tão frequentes durante o ano de 2021. O preço da gasolina nas refinarias da Petrobras acumulou reajuste de 68,63%, enquanto o diesel sofreu alta de 64,7% ao longo do ano passado.

Os únicos beneficiados com essa política perversa de preços são os acionistas da Petrobras, que embolsaram R\$ 63,4 bilhões em remuneração antecipada pelos seus investimentos. Na prática, a política atual da Petrobras arranca o couro dos brasileiros para dar lucro a especuladores profissionais.

O preço do petróleo no mercado internacional não dá sinais de estabilização. O barril de petróleo já acumula alta de 14,2% no ano e era comercializado a 89 dólares na tarde

desta quarta-feira, 27 de janeiro. Desde o dia 14 de janeiro, quando a Petrobras fez o último reajuste, o petróleo já subiu quase 5%, o que sinaliza para novos reajustes no preço dos combustíveis nos próximos dias.

O problema do preço dos combustíveis é que eles são essenciais na produção e distribuição de todos os produtos. Isso faz com que um pequeno aumento no preço do diesel repercutir por toda a cadeia de suprimentos, causando aumento generalizado nos preços nas gôndolas dos supermercados.

Uma das soluções possíveis para o problema é a criação de um fundo de estabilização dos preços do petróleo, a ser usado

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

ANS - nº 34208-4

nesses momentos de crise. O dinheiro para esse fundo pode ser retirado dos lucros extras-estruturais que a Petrobras deu a seus acionistas. Afinal, o benefício econômico da redução no preço dos combustíveis compensa – e muito – mais para a nação, sobretudo neste momento em que precisamos acelerar a retomada de nossa economia. Não dá para ficar tapando o sol com a peneira.

Licenciamento ambiental

Neri Geller (*)

Os embates no campo democrático são sempre de grande valia para mim, especialmente quando vislumbro com total clareza os benefícios que a luta pode trazer ao povo brasileiro. Nunca tive medo de desafios e acredito que esse foi e, ainda será, mais um logradouro com êxito.

Vamos aprovar, na base do consenso, uma lei possível de ser cumprida respeitando a importância desse tema para praticamente todas as atividades que influenciam diretamente a economia e o desenvolvimento do País.

No ano passado caminhamos de maneira muito efetiva quando o assunto foi o licenciamento ambiental, coloquei-me à disposição todos os dias para aqueles que desejaram dirimir pequenas dúvidas, ou até mesmo conhecer a fundo a matéria. Ouvimos todos os setores, segmentos, ONG's, sociedade civil organizada.

Ainda assim, compreendo que um tema que está, desde 2004 na Câmara dos Deputados, não pode e nem vai ser resolvido em poucas semanas. Porém, tenho plena convicção que o tempo investido nos debates, a respeito do licenciamento ambiental em 2021, não foram nem serão em vão e caminharemos a passos largos para um desfecho positivo para a população brasileira.

É imprescindível explicar com tranquilidade do que se trata e como o projeto irá impactar positivamente a vida do cidadão.

Fizemos mais de 80 reuniões virtuais, ouvimos o Observatório do Clima, ouvimos as secretarias de meio ambiente, também reunimos as federações (CNI, CNT, Fiesp, entre outras) todas elas com o corpo técnico de ambientalistas.

Ouvimos, debatemos, acolhemos propostas das comunidades tradicionais, como as indígenas, por exemplo. Quem costuma dizer que o licenciamento não é debatido, simplesmente o faz por ser contrário à proposta, sem consistência ou embasamento técnico suficiente para isso.

Começo pelo que, imagino, seja o ponto que mais preocupa uma parte significativa da população, que por vezes me questiona se uma nova lei mexeria no Código Florestal ou abriria espaços para desmatamento ilegal. Minha resposta é não. Não existe qualquer vírgula no projeto de lei que mude o que está escrito no Código Florestal. Quanto aos crimes ambientais, a pena é, inclusive, aumentada para quem eventualmente venha a cometê-los. O licenciamento não permite que cada um faça o que quiser e como quiser. Ao contrário, ele traz mais rigor, porém, diminui a burocracia.

Existem no Brasil, hoje, mais de 25 mil normas, portarias estaduais e do Conama que travam cerca de R\$ 130 bilhões em investimentos. Estamos falando de obras importantes que vão desde o saneamento básico, à rede de transmissão de energia pela Amazônia, infraestrutura de rodovias e ferrovias – a exemplo da BR 242 – que está há mais de 10 anos parada, assim como a 174 e a 158 (no meu estado, Mato Grosso), que demonstram a necessidade urgente de uma legislação adequada que permita o desenvolvimento com segurança e punibilidade a quem não cumprir a lei.

As pessoas citam apenas a questão das estradas e se esquecem que praticamente tudo depende do licenciamento para acontecer. Nós circulamos dos grandes centros urbanos à área rural, já que a lei precisa nortear a construção de uma estrada, mas também de um aterro sanitário, uma PCH, de uma ponte, enfim, tudo. A falta de uma regulamentação aumenta de 25% a 40% o Custo Brasil uma vez que, a insegurança jurídica posterga e atrasa obras que, às vezes, já estão em andamento e ficam paralisadas.

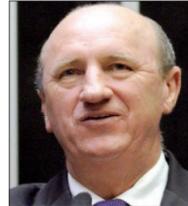
Esse é um assunto que afeta todas as áreas e que levará investimento para todo o Brasil. Falo do desenvolvimento pleno de estados e cidades, geração de emprego e renda, além de melhorar a qualidade de vida e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Importante destacar que retirar as amarras e criar uma lei geral vai amenizar e diminuir as distâncias entre o nosso país e o resto do mundo nessa questão. Basta dizer que os membros do G7 (países economicamente mais desenvolvidos) possuem licenciamento simplificado, quando uma mesma licença é usada desde a concepção até a operação do empreendimento. No Brasil, são necessárias três licenças.

Outra dissonância entre o Brasil e o grupo das sete maiores economias do mundo, se dá na renovação das licenças. No G7, a renovação só acontece se forem alteradas as condições iniciais dos projetos ou da própria legislação. No Brasil é feita após o vencimento, ou para alteração de processos, ampliações, entre outros.

Vejam, a nova lei endurece as penas para os crimes, uniformiza e moderniza o sistema atual e ainda equilibra a atividade produtiva com a preservação ambiental. Esse é o norte que necessitamos e a vinda de uma lei geral será o começo das mudanças que precisamos.

NERI GELLER (PP/MT) é deputado federal e vice-presidente da FPA



Desenvolvimento sustentável

João Edisom de Souza (*)

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de ecodesenvolvimento nos anos 1970. Foi fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional àquelas que opunham, de um lado, desenvolvimentistas e, de outro, defensores do crescimento zero. Para estes últimos, chamados de "zeristas" ou (pejorativamente) "neomalthusianos", os limites ambientais levariam a catástrofes se o crescimento econômico não cessasse.

O Estado de Mato Grosso, assim como todos os demais estados brasileiros que não fazem limítrofe com o oceano atlântico, exceto Minas Gerais, foram relegados ao esquecimento e ao abandono por quase 500 anos. Apenas na década de 60 do século passado, com a inauguração de Brasília, no planalto central, que o Brasil iniciou um olhar tímido para as suas costas, já que somos uma população com os olhos voltados para o mar.

Acontece que justamente no momento que o Centro Oeste, Oeste e Norte do Brasil começam a se tornar visíveis economicamen-

te (melhoria de vida), o combate a forma de crescimento econômico destas regiões se torna massivo e até agressivo. E passem, vindo de pessoas que habitam locais cuja exploração da natureza foi e ainda é a pior possível. Gente cuja genética e passado são condenáveis!

Se jogarmos fora do embate hipócrita do viver meramente de ativismo, temos que entender que o desenvolvimento sustentável tem alto custo e vai beneficiar futuras gerações que ainda não votam, nem pagam impostos. Mas aplica-lo neste momento da forma que os ativistas querem simplesmente jogaria milhões de pessoas na completa miséria. Daí vem a grande dificuldade em sensibilizar os governos para a questão, porque alguém tem que pagar esta conta.

Fazendo uma analogia com o direito do consumidor, onde a pessoa que dá prejuízo a outra tem que ressarcir, fica a pergunta: não seria a hora de discutir o prejuízo ambiental causado pelas nações de primeiro mundo e pelos estados que se julgam empoderados de nossa nação?

Enquanto estes destruíam a natureza para obter lucro e vida melhor, os países amazônicos e o oeste brasileiro padeciam de todo tipo de necessidade. Não é hora de uma recompensa econômica e sustentável também?

Do ponto de vista da Economia Ambiental, os recursos naturais (como fonte de insumos e como fonte de serviços ecossistêmicos) não representam, no longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia. Prova disso é a substituição e o avanço da tecnologia de produção de alimentos processados. Mas o agora como fica?

Essa posição se apoia em duas premissas. Primeiro: não há limites para o progresso científico/tecnológico aumentar a eficiência no uso de recursos naturais (eficiência ecológica); e segundo: o capital, trabalho e recursos naturais são perfeitamente substituíveis entre si. Quem mora em Paris ou na paulista vai ficar só no ganho-ganha?

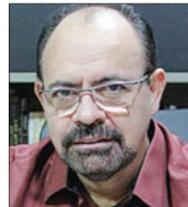
O desenvolvimento sustentável não é uma bandeira meramente ideológica como muitos querem. É um direito humano, portanto cabe sim que países mais desenvolvidos e

estados mais desenvolvidos paguem a conta dos prejuízos que já deram a natureza, viver em locais inexplorado é infinitamente mais caro do que viver onde tudo já foi devastado, logo esta conta não fecha!

Se hoje estão em melhores condições é justamente por terem desrespeitado a natureza ao seu limite máximo para adquirir dividendos e desenvolvimento.

Então hoje traga políticas que recompense as novas fronteiras em desenvolvimento, com investimento em tecnologia e em qualidade de vida para aqueles que historicamente ficaram séculos alijados das benesses adquirida através do usufruto desenfreado dos recursos naturais em outros locais, justo os mais habitados. Afinal, devemos preservar o ambiente para quem senão para as espécies, principalmente a humana?.

JOÃO EDISOM DE SOUZA é analista político em MT.



Quanto ganham os pobres?

Caubi Kuhn (*)

Você sabe, ou já se perguntou, quanto ganham em média os 5% mais pobres da população? E qual é a renda média per capita dos 1% mais ricos? Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), publicada no final de 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta um panorama sobre o rendimento da população brasileira. Essas informações são muito importantes para que a sociedade possa realizar debates sobre

políticas públicas e soluções para conseguir melhorar a situação do país.

Para o leitor que não está acostumado com o termo, o valor da renda per capita é resultado da soma de todas os valores recebidos pelos membros da família, dividida pelo número de pessoas do núcleo familiar. Por exemplo, se uma família é composta por 5 pessoas, sendo 3 crianças, o pai e a mãe, que recebem cada um deles um salário-mínimo (1.212 reais), a renda da família é de 2424 reais, que dividida por 5, representa uma renda per capita de 484,80 reais.

Em 2020, enquanto os 5% mais pobres da população tinham uma renda per capita média de até 55 reais por mês, os 1% mais ricos possuíam uma renda per capita mensal média de 15.816 reais mensais. Os números caminham para extremos em ambos os lados. Embora seja difícil imaginar alguém sobreviver com 55 reais por mês, a realidade para os 1% mais pobres com certeza é ainda mais crítica que isso. Por outro lado, dentro dos 1% mais ricos, quanto mais ao topo, maior a renda, chegando até os bilionários que compõem a lista da Forbes, e que estão entre os mais ricos do mundo. Entre esses extremos, a segmentação da renda segue uma curva não tão aguda. Por exemplo, a renda per capita média dos brasileiros entre os 40% e 50% mais pobres, foi de até reais 751 reais. Se considerado entre os 90% e 95% mais ricos, foi de 3.260 reais.

E por que esses dados são importantes? Desviando de debates na internet, onde são apresentadas soluções, fáceis ou simples, para resolver os problemas das pessoas ou do país, a sociedade precisa refletir sobre a capacidade de resposta e de resiliência dos brasileiros e brasileiras que estão abandonados entre os mais pobres do país. Como esses 5% irão mudar suas vidas com 55 reais de renda mensal?

O único caminho é atuação forte do Estado por meio de políticas de proteção social, fomento, qualificação e educação, acesso a serviços e inclusão produtiva. Caso isso não seja feito, os filhos destas pessoas provavelmente também não terão o mínimo de oportunidades, e assim, a pobreza se consolida como uma herança passada entre gerações, reforçando a pouca mobilidade social brasileira.

Esses dados sobre quem são os mais pobres da população são importantes para

entendermos a pobreza no país e, até mesmo, para cada pessoa saber analisar a sua trajetória familiar quando comparada a outras pessoas de realidades sociais distintas. É comum em alguns debates pessoas falarem que eram pobres, porém quando é analisado os dados, embora estejam bem longe dos 1% mais ricos, então também muito distantes dos 5% mais pobres, ou mesmo com rendas distantes dos 30% ou 50% mais pobres. É preciso sabermos enxergarmos a realidade e existência da extrema pobreza no Brasil.

Aquele discurso motivador, da pessoa que criou um negócio na garagem, ou que juntou a mesada e montou um empreendimento, ou que começou uma empresa milionária do nada, beira o impossível para pessoas que vivem entre os mais pobres no país. E mesmo que essa seja uma solução possível para dois ou três destes brasileiros, quantos outros ficaram abandonados pelo caminho, sem ter o mínimo para viver?

O combate a extrema pobreza e pobreza no Brasil precisa de políticas segmentadas, que tenham como foco a garantia de serviços básicos para essas pessoas. Ter acesso a segurança alimentar e moradia é o mínimo, mas também é preciso consolidar caminhos sólidos que possibilitem a permanência dos filhos destas pessoas nas escolas, que consigam se qualificar, sonhar e realizar trajetórias diferentes da dos pais.

CAIUBI KUHN é professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

REDISTRIBUIÇÃO DO ICMS

Mauro afirma que mudanças na distribuição de recursos aos municípios são obrigatórias e serão feitas, queiram os prefeitos ou não

'É a Constituição que manda fazer'

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) negou que os municípios perderão recursos caso a proposta que muda os critérios de distribuição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seja aprovada. Em conversa com jornalistas na sexta-feira (28), o governador afirmou que os prefeitos estão reclamando porque não entenderam o projeto.

Segundo Mauro, a proposta foi elaborada para atender uma obrigação imposta pela Emenda Constitucional 108/2020. Por isso, as modificações devem acontecer, "queiram [os prefeitos] ou não".

"As pessoas falam demais e não procuram conhecer exatamente aquilo que está acontecendo. Essa mudança do ICMS, primeiro é a Constituição que manda fazer. Então, elas precisam entender o que está acontecendo, porque hoje em dia é comum muita gente dar opinião, vira especialista, fala o que não conhece", disparou.

Promulgada em agosto de 2020, a emenda constitucional reduz o Valor Adicionado Bruto (VAB) que é repassado aos municípios dos atuais 75% para 65%. Dos 35% restantes, é obrigatório que pelo menos 10% dos repasses do ICMS sejam realizados conforme critérios de melhoria do ensino.

"Isso não tem jeito. Não fomos nós do governo do Estado que inventamos isso. Isso é o Congresso Nacional que aprovou e o governo federal sancionou. É lei e vai ter que ser aplicado, quer queira, quer não. Nós estamos cumprindo a Lei e mandamos para

debate na Assembleia, para definir os critérios para distribuir os outros 35%. [...] Agora, os 141 municípios não vão perder arrecadação, quem está falando isso está conversando fiado", destacou.

O projeto tem causado bastante polêmica desde que chegou na Assembleia Legislativa. O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), disse que o governo estava enviando a proposta "goela a baixo" dos municípios e afirmou que a capital vai perder cerca de R\$ 110 milhões por ano com as alterações.

Já o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, comentou que cerca de 100 prefeitos se manifestaram contra a proposta.

Apesar da resistência, o governador afirmou que não deverá fazer as alterações via decreto e defendeu o debate no Legislativo.

"A Assembleia tem critérios e eu não sou dono da verdade. O de-



Mauro descarta possibilidade de fazer alterações via decreto e defende debate na Assembleia Legislativa

bate é feito com os deputados. Eles representam a sociedade. Nós propomos um critério baseado na eficiência para distribuir esses 35% e é um critério justo", destacou.

"Quem faz mais, quem cuida melhor da Educação, ganha mais; quem cuida melhor da Saúde, ganha mais; quem investe mais naquelas áreas propostas

e dá mais retorno para a sua sociedade, ele ganha mais dinheiro. É uma proposta, no mínimo, muito inteligente e decente", concluiu.

LEGADO DA COPA**Reforma é concluída e trânsito liberado na Trincheira Jurumirim****Da redação**

Após sete meses de obras de recuperação, foi liberado na manhã desta sexta-feira (28) o trânsito na parte inferior do Complexo Viário Engenheiro José Luiz Borges Garcia, a Trincheira Jurumirim, em Cuiabá. O elevado faz parte do pacote de obras idealizadas para a Copa do Mundo de 2014.

O governador Mauro Mendes (DEM) disse que os serviços foram necessários para correção de falhas que foram encontradas ao longo dos últimos anos. O custo da reforma é de R\$ 14 milhões.

"Essa obra tinha muitos vícios, muitas falhas. O pavimento estava todo comprometido, a drenagem comprometida, algumas fissuras, infiltrações e a secretaria fez um projeto e licitamos essa obra. Existem ainda alguns serviços a serem executados na parte superior porque está dentro do contrato, mas precisamos primeiro liberar essa parte inferior", explicou.

Mendes ainda fez críticas sobre a forma que a obra foi liberada. Segundo o governador existe um procedimento em andamento na Procuradoria do Estado para apurar responsabilidade das falhas encontradas na trincheira.

"Isso não deveria estar acontecendo. É lamentável que ela teve a qualidade que teve à época. Falha da construtora, houveram certamente falhas. O governo tem os procedimentos que estão andando em função disso, mas nós fizemos essa intervenção para colocar essa parte importante da mobilidade urbana aqui da cidade de Cuiabá em condições operacionais e adequadas para ser usada pela população", disse.

O secretário de Estado de Infraestrutura (Sinfra), Marcelo de Oliveira, disse que a reforma está 70% concluída e nos próximos dias começará

os serviços na parte superior da trincheira, sem a interdição total do trecho. Ele comentou que irá conversar com a empresa responsável pela obra para que os serviços sejam realizados a noite e aos finais de semana para não prejudicar o tráfego, moradores e comerciantes da região.

"Temos que mexer na parte de cima, tem os problemas das dilatações nas pistas, as dilatações nas rotatórias. Vocês estão percebendo

que ainda tem água pingando? Porque temos que subir para resolver um problema lá em cima. Ao resolver todos os problemas lá em cima voltamos aqui, mas não com interdição, para darmos o acabamento dentro da trincheira", explicou o secretário.

DEMAIS OBRAS DA COPA – O governador Mauro Mendes ainda comentou sobre a situação de algumas outras obras que fazem parte do pacote de projetos

que foram idealizadas para a Copa do Mundo de 2014 e ainda não foram concluídas.

Sobre o Centro Oficial de Treinamento da Barra do Pari (COT do Pari), em Várzea Grande, Mendes disse que foi fechado um acordo e irá transformar o local em um Centro de Treinamento das Forças de Segurança. Na Avenida Arquimedes Pereira Lima, a Estrada do Moimão, está programada uma intervenção para conclusão da obra.

ESCASSES DE TESTES**"Não há estrutura no mundo que atenda essa demanda"****Da redação**

Com o esgotamento do estoque de kits de testes rápidos para a covid-19, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), comentou que não há estrutura no mundo que consiga suprir a alta demanda provocada pela nova onda de casos da doença. Outras cidades do país, como São Paulo, também enfrentam escassez de testes neste começo de ano.

A Vigilância Epidemiológica de Cuiabá informou que não tem mais estoque de kits para testagem rápida. Em nota, o departamento disse que foram distribuídos mais de 53 mil kits em janeiro, sendo que a última remessa aconteceu na terça.

Emanuel garantiu que a Secretaria Municipal

de Saúde já está em fase de aquisição emergencial de kits de testagem rápida para não deixar as unidades de saúde sem o insumo.

"Nós fizemos um planejamento no começo do ano, 70 mil testes rápido para três meses, mas começou essa onda e em 24 dias foram 53 mil testes. Não há estrutura no mundo, pública ou privada, que consiga atender a demanda. Não há oferta no mundo que seja rápida. Com todas as responsabilidades que temos no processo licitatório, não tem como", destacou.

Diante da escassez de testes, o prefeito pediu que a população procure o exame apenas quando apresentar sintomas ou caso conviva na mesma casa de alguém infectado. No dia 13 de janeiro, a Associação Brasileira

de Medicina Diagnóstica (Abramed) já havia recomendado que, diante do aumento exarcebado na demanda, a testagem para covid-19 deveria ser feita apenas em casos graves, pessoas hospitalizadas, integrantes do grupo de risco, grávidas e trabalhadores da área de saúde.

"Eu sei que todo mundo quer testar, mas existem critérios que são estabelecidas pelo Ministério da Saúde. O teste não pode ser uma curiosidade: ah vou ver lá agora se estou com covid ou não. Você tem que ter sintomas. Primeiro lugar, você precisa ter sintomas ou você tem que morar com uma pessoa que esteja com covid", alertou. "Eu fico altamente preocupado com essa situação, ela é angustiante e se propaga muito rápido", emendou.

MUDANÇA NO ICMS**Prefeitos pressionam deputados para mudar texto****Da redação**

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, disse que os prefeitos não aceitaram a proposta do governo que muda os critérios de distribuição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e recorrem aos deputados estaduais para que alterem o texto da propositura.

Devido à polêmica do tema, a Assembleia Legislativa vai realizar duas audiências públicas nos próximos meses para tentar buscar consenso.

Neurilan disse que no último encontro, realizado na segunda-feira (24), mais de 100 prefeitos se demonstraram preocupados caso o projeto seja aprovado do jeito que está. Alguns alegam que a proposta vai mexer nas receitas e no planejamento feito para os próximos anos.

Ele comentou que os prefeitos não tiveram oportunidade de estudar o assunto que, segundo o presidente, é complexo. "Esse projeto traz bastante preocupação. A Assembleia Legislativa usou a sensatez e não colocou em votação. Já foram marcadas duas audiências públicas, uma no dia 10 de fevereiro e outra no dia 10 de março para que os prefeitos manifestem suas opiniões", disse.

O prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro (MDB) defendeu um diálogo maior entre os gestores municipais e disparou contra o projeto alegando prejuízo financeiro e administrativo. De acordo com o emedebista, a propositura está sendo enfiada "goela abaixo" sem nenhuma conversa e, caso seja aprovada, seria uma traição ao povo cuiabano.

Ele ainda apoia que os prefeitos do interior se unam em busca de

derrubar a proposta que, segundo Emanuel, traria prejuízos milionários. Pinheiro comentou que, caso seja aprovado o projeto, Cuiabá deve perder por ano mais de R\$ 110 milhões.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Rusi (PSB), manifestou ser favorável à proposta, que aponta um novo modelo de cálculo de repasse do ICMS aos municípios. Ele acredita que a matéria possa sofrer alterações durante as discussões.

"Nada melhor do que um debate, audiência pública, podemos fazer alterações, a Assembleia é o cenário para isso e vamos estar escutando os prefeitos todos para que a gente possa, realmente, efetivar alguma mudança, que porventura seja boa, para que a gente possa atender a grande maioria dos municípios de Mato Grosso", garantiu.

Gilberto Leite

OTIMISMO

Governador cita recuo da onda de ômicron na Europa e acredita que vacinação em massa conseguirá transformar a covid em uma gripe

Mauro crê em melhora até março

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que Mato Grosso está em "condições normais" até março, a tempo do esperado show do cantor Gustavo Lima, na Arena Pantanal. A declaração foi dada na manhã de terça-feira (25). Para conseguir o alívio na pandemia até lá, Mauro aposta que a vacinação irá avançar, fazendo com que a covid se transforme em uma gripe comum.

"Eu vejo especialistas, uns falando em 15 dias, duas, três semanas... Isso já aconteceu, está acontecendo lá na Europa, onde a onda [da variante ômicron]



Mauro aponta que onda da ômicron já apresenta recuo na Europa e o mesmo deve ocorrer no Brasil em até três semanas

veio mais rápida e está se dissipando também. Então, pode ser que até lá nós vamos ter condições normais ou dentro daquilo que é razoável, e os eventos, não só esse, mas tudo, a vida tem que

continuar", disse Mauro, em entrevista à Rádio Vila Real.

Apesar de confiar nas previsões feitas por especialistas, o governador afirmou que continuará avaliando o comporta-

mento da pandemia em Mato Grosso e tomará as medidas que julgar necessárias para o momento. A esperança é de que ao final de fevereiro, Mato Grosso comece a voltar a normalidade.

A posição do governador está em consonância com os empresários que realizam eventos, que estão praticamente paralisados e acumulando prejuízos há quase dois anos, desde

quando a pandemia iniciou, em abril de 2020. O setor cobra mais segurança para retomada dos eventos, pois os empresários não conseguiram, até o momento, ter uma garantia de que a flexibilização das medidas restritivas será mantida.

A presidente do Sindicato das Empresas de Eventos e Afins de Mato Grosso (Sindieventos/MT), Alcimar Moretti, afirmou ao Estadão Mato Grosso, na última semana, que esses eventos são programados com meses de antecedência e cobrou mais "sensibilidade" dos gestores públicos.

"A gente quer que as autoridades sejam sensíveis. Os números da pandemia vêm caindo, que sejam mais sensibilizados com as pessoas vivem de eventos. Tem quase dois anos já, acho que foi o suficiente para que se tomassem todas as providências. Então, nós temos uma boa expectativa para 2022", disse Alcimar.

EFEITO ÔMICRON

3ª onda 'segura' Gilberto na Secretaria de Saúde

Da redação

O secretário Gilberto Figueiredo continuará por mais algum tempo no comando da Secretaria de Estado de Saúde. Ele deveria deixar o cargo até o final de janeiro para disputar um cargo eletivo, mas o governador Mauro Mendes (DEM) decidiu pedir sua permanência devido ao aumento de casos de covid-19 nas últimas semanas.

Mauro não informou até quando Gilberto irá permanecer na função, mas ressaltou que a permanência dele é importante para dar andamento às ações de combate à pandemia. Figueiredo iria deixar o alto escalão do governo para construir sua can-

didatura a deputado estadual.

"Ele ia sair agora no final do mês. Em função dessa pandemia, falei: 'negativo, você não vai sair'. Ele mesmo concordou e falou que vai ficar mais um período necessário para ajudar. Porque ele é o secretário, é uma pessoa que tem mostrado bastante competência em tudo aquilo que faz", disse o governador, em entrevista à Rádio Vila Real.

A permanência no cargo não deve frustrar os planos de Gilberto. Mauro lembrou que os secretários devem desincompatibilizar dos cargos até o final de março para poder participar das eleições deste ano. A antecipação da saída foi um pedido de deputados aliados ao go-



Gilberto deixaria a Secretaria no final do mês, mas governador decidiu mantê-lo por mais algum tempo

verno. Além de Figueiredo, devem disputar o pleito: Silvano Amaral (Agricultura Familiar), Alberto Machado, o Beto 2 a 1, (Cultura, Esporte e Lazer) e Alexandre Bustamante (Segurança Pública).

"Mas todos que pretendem disputar eleição vão sair nas próximas semanas, no mais tardar até o final de março, e claro que estou pensando nos nomes para fazer essas substituições. Tenho uma característica: eu não sou muito bom para vazar informação. Sabe porque? Porque gera muita fofoca e na política é uma fofocaída, povo que gosta de fazer plantação. Então, qualquer coisa que ouçam por aí de especulação, de nome, pode saber que é fofoca", destacou.

O governador ressaltou que deve escolher nomes com perfil técnico para substituir os atuais gestores. Ele também já determinou, desde o ano passado, que seja realizado um processo de transição para evitar prejuízos ao andamento dos trabalhos nas secretarias.

"Então vou procurar escolher nomes técnicos, pessoas que tenham algum tipo de conhecimento de administração pública, que possam realmente entrar e dar continuidade, porque organizar a máquina pública não é fácil. Só quem está dentro sabe. É muito obstáculo, muito problema, a máquina pública tem uma burocracia gigante, é tudo mais difícil para fazer", concluiu.

RACHA NO PROS

Após 'tretas' com Gisela, João Batista tem aval para sair

Da redação

O deputado estadual João Batista disse que conseguiu autorização do Pros para deixar o partido. Com o aval, o parlamentar pode deixar a legenda sem o risco de perder o mandato e se filiar ao Progressistas (PP), antes do período da janela partidária que começa a partir de março.

A saída de João acontece após vários conflitos que começaram na eleição municipal de 2020 e se estenderam no ano passado.

"Realmente houve algumas divergências dentro do Pros. Nós fizemos planejamento, nós tínhamos um projeto de gestão do partido que ia até outubro do ano passado, mas a

nacional tem os federais e eles queriam que eu saísse candidato a federal e eu não vejo, não fiz projeto para isso", disse.

"Ele tem a Gisela [Simona], que tem a votação dela, só que eles agiram de uma forma que eu não concordei, tem certas coisas que eu não concordo", complementou.

Em 2020, o partido lançou Gisela Simona como candidata à Prefeitura de Cuiabá, que ficou em terceiro lugar. No segundo turno, Gisela decidiu apoiar Abílio Junior contrariando parte do diretório. A partir daí, começaram desentendimentos internos que resultaram na destituição de João Batista da presidência estadual da legenda.

O deputado comentou que deve se filiar ao PP em fevereiro com objetivo de articular a construção de uma chapa para eleger dois deputados estaduais.

"Tive convite de 18 partidos, fomos analisando, tenho uma relação razoável com o deputado Paulo Araújo, deputado Neri [Geller]. O deputado Paulo Araújo, junto com vários outros colegas parlamentares, defende muito o trabalho do servidor público na mesma linha que eu. [...] Nós estamos alinhando uma chapa bastante competitiva, tenho alinhado com o deputado Paulo Araújo de que forma a gente vai trabalhar para compor essa chapa", disse.

ELEIÇÕES 2022

Ex-PGM, Nestor é assediado para disputar vaga na AL

Da redação

Ex-procurador-Geral do Município de Cuiabá (PGM), o advogado Nestor Fidelis pela primeira vez cogita disputar um cargo eletivo. Ele vem sendo procurado por diversas siglas partidárias e revela estar aberto às possibilidades. Embora as eleições gerais disponham de vários cargos, Fidelis pontua que, caso se decida pela disputa, só aceita concorrer à vaga de deputado estadual.

Nesta semana, Nestor deu detalhes de como andam as conversas acerca desta possibilidade, que chegou a ser ventilada em alguns veículos com a informação de que ele disputaria o cargo pelo MDB, mas

ele pontua que não está filiado a nenhum partido até o momento e que tem conversado com várias legendas.

Embora o projeto ainda esteja em diálogo e construção, o jurista já adianta não abrir mão da bandeira social. Ele pontua que é necessário o compartilhamento da tecnologia do agronegócio com o pequeno produtor, para que o enriquecimento não seja concentrado em pequenos grupos. Isso porque, ele lembra, existe uma falha na distribuição de renda, cuja monopolização da riqueza está deixando parcela significativa da população abaixo da linha da pobreza.

Nestor Fidelis também afirmou que é preciso avançar na Segu-

rança Pública e pontua que isso não se limita somente às polícias, com melhores equipamentos, mas em garantir melhores condições à população. Ele defende que equipamentos de segurança, como câmeras de monitoramento, se tornem mais acessíveis à população.

Sobre os partidos políticos, o ex-procurador explicou que busca programas com os quais se identifica, citando que a questão ideológica já não é mais algo fielmente posto em prática nas legendas.

BASE - Fidelis é natural de Cáceres e possui sua base na região Oeste de Mato Grosso, local em que é mais cobrado a disputar um cargo público.

MUDANÇAS NO ICMS

Emanuel diz já ter apoio na Assembleia para barrar proposta para uso de 'critérios de desempenho' na distribuição do ICMS aos municípios

"Como está, não vai prosperar"

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A proposta do governo que muda os critérios de distribuição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tem causado preocupação aos prefeitos, que estão recorrendo aos deputados para tentar barrar a proposta. Durante live, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), voltou a cobrar a ampliação do debate sobre o projeto, apontando risco de prejuízo financeiro e administrativo.

A proposta do governo é usar critérios de desenvolvimento social para a distribuição dos

recursos do ICMS, como a pontuação do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a taxa de aplicação de vacinas. Se aprovada, a medida teria validade somente em 2023 e iria impactar na distribuição de 35% do ICMS destinado aos municípios.

De acordo com o emedebista, a proposta está sendo enfiada "goela abaixo" sem nenhuma conversa e, caso aprovada, será uma traição ao povo cuiabano.

"O que não dá é entrar de forma abrupta, goela abaixo, sem conversar com ninguém... um dinheiro sagrado, que pertence aos municípios, que pertence a Cuiabá, sem discutir. Isso não é justo, isso não é democrático, isso não é legal. Isso seria traição com o povo cuiabano", destacou.

Emanuel disse que já conversou com alguns deputados estaduais e recebeu a garantia de



Emanuel avalia que Cuiabá pode perder até R\$ 110 milhões por ano com a mudança nas regras de distribuição do ICMS

que eles irão votar contra a proposta se o texto não for alterado.

"Conversei com o deputado Carlos

Avallone [PSDB] e o deputado Paulo Araújo [PP], e outros deputados, que já me garantiram que vão votar com

Cuiabá. vão votar pelo diálogo. Eles me asseguraram que como está não vai prosperar", assegurou.

SEM PROVAS

TRE arquiva investigações de caixa 2 contra Pedro Taques

Gabriel Soares

A Justiça Eleitoral arquivou dois inquéritos contra o ex-governador Pedro Taques (SD), que investigavam a suspeita de ocorrência de caixa dois durante as eleições de 2014. As investigações tiveram início após a delação premiada do empresário Alan Malouf, mas foram arquivadas pelo juiz Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto, da 51ª Zona Eleitoral de Cuiabá, que não viu provas para confirmar as acusações.

Uma das acusações de Malouf dizia respeito à doação de R\$ 3 milhões da Cervejaria Petrópolis para a campanha de Taques. Segundo o delator, a doação teria sido feita com o objetivo de manter os incentivos fiscais que a empresa usufruía. A investigação sobre essa doação já havia sido repassada à Justiça Comum, pois foi constatado que a doação aconteceu de forma lícita,

sem qualquer crime eleitoral.

Taques e o Grupo Petrópolis recorreram da decisão, apontando que não houve qualquer benefício à cervejaria. Pelo contrário, foram tomadas providências contra isenções fiscais consideradas ilegítimas, que teriam sido concedidas em gestões anteriores. Dessa forma, o magistrado voltou atrás e se retratou da decisão anterior.

"Exercendo juízo de retratação, com a conectária integração da decisão recorrida, reconheço a competência da Justiça Eleitoral para julgamento de todos os fatos constantes dos autos, e, no mérito, defiro os pedidos determinando o arquivamento do presente inquérito policial também quanto ao pretenso crime de corrupção passiva [...]", afirmou.

Outro inquérito arquivado investigava a suspeita de fornecimen-

to não-contabilizado de combustíveis para a campanha de Taques. Segundo a delação de Malouf, em contrapartida pela doação, o Auto Posto Marmeleiro teria sido beneficiado com um contrato, por dispensa de licitação, no valor de R\$ 41 milhões.

Em sua manifestação, Taques esclareceu que a empresa foi contratada para fornecer combustíveis à campanha e que todos os valores constavam na prestação de contas. Apontou ainda que houve restos a pagar, no valor de aproximadamente R\$ 1,3 milhão, dívida que foi assumida pelo PDT Nacional.

Ao analisar o caso, o juiz não vislumbrou provas que sustentassem as acusações do delator.

"Por todo o exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público Eleitoral, determino o arquivamento dos autos, com as ressalvas".

IMPACTO AMBIENTAL

Wilson Santos quer barrar PL que libera soja no Pantanal

Da redação

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) se posicionou contrário ao projeto de lei 03/2022, assinado por lideranças partidárias, que altera a lei 8.830/2008 que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. As mudanças permitem atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental na maior planície alagada do planeta.

O projeto que recebeu parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente da ALMT, presidida pelo deputado estadual Carlos Avallone (PSDB), não determina o que são empreendimentos e atividades de baixo impacto. Nos bastidores já se fala no avanço da produção de soja.

"Não tem lógica. O pantanal passa por uma crise hídrica sem precedentes. Perdemos fau-

na e flora. A área alagada ainda não voltou ao normal, mesmo com toda a chuva que caiu em dezembro. Permitir o avanço da produção agrícola é avalizar a morte do pantanal. Vamos lutar para derrubar este projeto em plenário", disse Wilson.

Desde a década de 1970, as mudanças na paisagem do planalto pela inserção da agropecuária e agroindústria, com a substituição da vegetação, principalmente em áreas de preservação permanente (APPs), acarretaram impactos na planície pantaneira. A falta de terraceamento e o uso excessivo de produtos químicos também são considerados prejudiciais.

Atualmente, a soja passou a ser plantada em áreas com altitudes menores que 200 metros, principalmente na região norte do Pantanal, causando impactos diretos no

O prefeito ainda defendeu que os gestores do interior se unam para derrubar a proposta que, segundo Emanuel, traria prejuízos milionários. Segundo cálculos elaborados pela assessoria de Emanuel, Cuiabá deve perder mais de R\$ 110 milhões por ano com as alterações propostas pelo governo.

"Eu alertei Várzea Grande, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde e Sorriso com relação aos riscos de perder milhões de reais por ano do ICMS que lhes pertence, sem uma discussão maior sobre esse projeto. Como eu disse, Cuiabá, se for aprovado da forma que está, vai perder de R\$ 100 a R\$ 110 milhões ao ano. Isso é um absurdo! Como é que vamos fazer frente a tantas demandas da nossa cidade em todas as áreas [...] Tirando o dinheiro dessa forma não respeitando o planejamento e o trabalho do município", destacou.

"MISTÉRIOS DA MEIA-NOITE"

Juiz suspende aumento de vereadores em Sinop

Gabriel Soares

Com uma pitada de ironia e sátira, o juiz Mirko Vicenzo Gianotte suspendeu o reajuste salarial de 6,9% que os vereadores de Sinop concederam a si mesmos no dia 19 de dezembro do ano passado. A decisão foi proferida na quarta-feira, 26 de janeiro, no bojo de uma ação popular ajuizada por um morador da cidade.

O magistrado usou frases do humorista Chico Anysio e do cantor Zé Ramalho para fazer críticas à atuação dos

vereadores, afirmando que o aumento salarial foi aprovado de forma sorrateira pela Câmara Municipal.

Os 15 vereadores de Sinop recebiam salário mensal de R\$ 10,6 mil até dezembro de 2021, sendo que os vencimentos do presidente da Câmara eram de R\$ 13,3 mil. Com o aumento de 6,9%, os salários dos vereadores passaram para R\$ 11,3 mil, enquanto o presidente passou a receber R\$ 14,2 mil.

"Quando me deparo com essa data e as circunstâncias que envolvem 1º de Janeiro, me

lembro do grande Cantor Paraibano, Zé Ramalho: "Mistérios da meia-noite. Que voam longe. Que você nunca. Não sabe nunca. Se vão, se ficam. Quem vai, quem foi" (sic). Muitos dos municípios ainda trocavam votos de saúde e prosperidade para o ano novo que se descortinava, só não esperavam que este viria com velhas verdades disfarçadas de novas. Nesta esteira, saio da paródia fincada no agreste nordestino e caio nas sátiras palavras do saudoso Chico Anysio que representando a figura de Bento Carneiro,

o vampiro brasileiro dizia: "as coisa neste país acontece depois das dolze badalada noturnica" (sic)", diz trecho da decisão.

Mirko afirma ainda que não é permitido pela Constituição Federal a concessão de aumento aos parlamentares na mesma legislatura, pois representaria uma afronta aos princípios da impessoalidade e da moralidade. Dessa forma, os aumentos salariais dos vereadores são feitos para a legislatura seguinte, o que não era o caso.

"Como se vê, ainda que em análise de

cognição sumária, a Lei nº 3.043/2021 foi editada em desrespeito à regra da legislatura, DISTANCIANDO-SE da IMPESSOALIDADE e da MORALIDADE ADMINISTRATIVA, o que não se coaduna com o ordenamento constitucional", frisou o juiz.

Por fim, o magistrado ainda afirmou que está fazendo um favor os vereadores ao suspender a lei que aumentou os salários, pois eles poderão receber o aumento se comprovarem que houve licitude no ato. O juiz afirmou ainda voltou a ser irônico ao afirmar

que os vereadores da cidade comemoraram uma decisão sua proferida no dia anterior, suspendendo o aumento de 31% na tarifa de água.

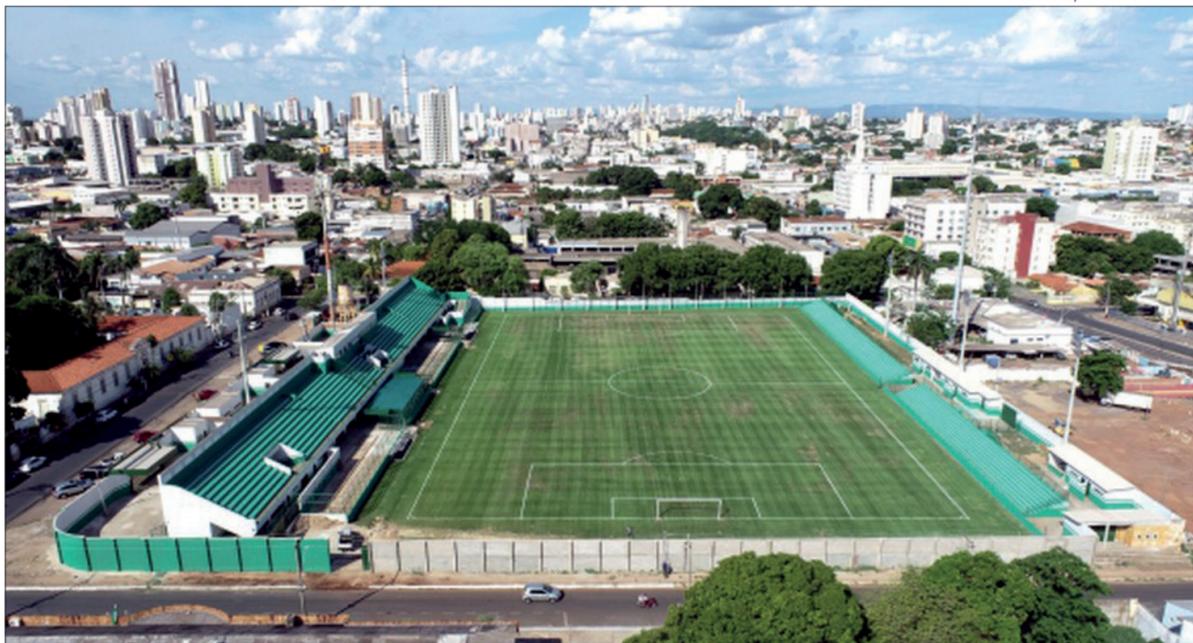
"[...] "pau que bate em Chico bate em Francisco", logo, se não é possível o aumento naquela circunstância também não é possível o aumento nesta aqui, eis que ambas contrariam o ordenamento jurídico e oneram os cofres públicos, sendo medida de rigor, portanto, o deferimento do pedido liminar na forma postulada", concluiu.

TEMPLO DO FUTEBOL

Empresários do setor de eventos veem 2022 com esperança e fazem sugestões para garantir o retorno seguro das atividades

Dutrinha vai reabrir com clássico

Luiz Alves/Prefeitura de Cuiabá



Dutrinha recebeu quase R\$ 2 milhões em investimentos durante a reforma

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed Cuiabá

Emily Magalhães | Prefeitura de Cuiabá

Em comemoração aos 70 anos do Estádio Eurico Gaspar Dutra, o Dutrinha, a gestão Emanuel Pinheiro preparou uma programação especial para a entrega oficial da obra. A solenidade será realizada na segunda-feira (31) e na sexta-feira (4), a partir das 17h. No sábado (5), ocorre a primeira partida do Campeonato Mato-grossense com o Operário de Várzea Grande e o Cuiabá Esporte Clube, sem a presença de público.

“Na próxima semana o Dutrinha completa 70 anos e nós teremos uma vasta e linda programação como ele merece. Dia 31 abre o calendário de programação da semana do aniversário do Dutrinha e, sábado dia 5, teremos a cereja do bolo e o templo do futebol Cuiabano sediará a disputa do campeonato Estadual entre Operário e Cuiabá”, destacou o prefeito.

Na segunda, a programação deve começar às 17h30 com a chegada do prefeito e descerramento do totem. Além disso, Emanuel Pinheiro entrega as estátuas de atletas que marcaram a trajetória do futebol cuiabano. São eles: Fulepa, Fernando Ferreira Leite (Goleiro do Mixto), Avião, Albino Gonçalves

dos Santos (zagueiro do Dom Bosco), e Bife, José da Silva Oliveira (centro avançado do Operário de Várzea Grande). Para segunda-feira (31), ainda está prevista a apresentação do calendário esportivo de 2022, a benção ecumênica e, depois, a banda da Polícia Militar de Várzea Grande realiza uma apresentação para celebrar os 70 anos do estádio.

Na sexta-feira (4), a programação terá início às 17h e o prefeito entrega homenagens a 50 personalidades como jogadores, esportistas e radialistas mato-grossenses. Além disso, a solenidade contará com apresentações artísticas, uma partida de futebol infantil, uma partida de futebol feminino e o jogo entre a Câmara Municipal de Cuiabá x Câmara de Várzea Grande.

Por fim, no sábado a programação de entrega do Dutrinha se encerra

com chave de ouro com o primeiro jogo oficial do Campeonato Mato-grossense com o Operário de Várzea Grande e o Cuiabá Esporte Clube, sem liberação para entrada de público.

A OBRA - Essa foi a maior obra realizada na estrutura do estádio desde sua construção, em 1952. O investimento, de cerca de R\$ 2 milhões foi aplicado pela gestão e é coordenado pela Secretaria de Cultu-

ra, Esporte e Lazer, em parceria com Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. A reforma teve início em fevereiro de 2019 e foi dividida em três etapas, sendo a primeira, orçada em R\$ 450 mil, a de readequação do espaço para atender as medidas de segurança e acessibilidade. A segunda etapa, orçada em R\$ 600 mil, foi a mudança de posicionamento dos postes de iluminação e a troca do gramado. Já a terceira, foi a construção do novo muro e modernização dos vestiários, que teve investimento de R\$ 500 mil.

O templo do futebol mato-grossense ainda vai reverenciar atletas que marcaram a trajetória do futebol cuiabano com bustos em tamanho real. São eles: Fulepa, Fernando Ferreira Leite (Goleiro do Mixto), Avião, Albino Gonçalves dos Santos (zagueiro do Dom Bosco), e Bife, José da Silva Oliveira (centro avançado do Operário de Várzea Grande).

SERVIÇO:

Pauta: Programação de entrega do Estádio Eurico Gaspar Dutra
Data: segunda-feira (31) e sexta-feira (4)
Hora: 17h
Local: R. Joaquim Murtinho, s/n

TREINAMENTO DO CBM

A tenente Ledur é denunciada por mais um ex-aluno

Gilberto Leite

Da redação

A tenente do Corpo de Bombeiros, Izadora Ledur de Souza Dechamps, foi denunciada pelo Ministério Público de Mato Grosso pelo crime de tortura contra outro aluno do 15º Curso de Formação dos Bombeiros, em 2016. Ledur é a tenente condenada a um ano de prisão por maus tratos no caso da morte de Rodrigo Claro, que foi submetido a uma sessão de afogamento, também em 2016.

A denúncia foi apresentada pelo promotor Paulo Henrique Amaral Motta, da 13ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, no dia 21 deste mês. Consta na denúncia que a tenente “submeteu o aluno Maurício Júnior dos Santos, que estava sob sua autoridade, com emprego de violência, a intenso so-

frimento físico e mental, como forma de lhe aplicar castigo pessoal”.

Conforme a denúncia, após ser convocado para participar do curso de formação, o aluno passou a participar do 4º Pelotão, que compreendia, além de instruções teóricas, aulas práticas como de prevenção de incêndios, salvamento terrestre, salvamento em altura e salvamento aquático, esta última disciplina sob responsabilidade de Ledur.

O aluno teria passado em todas as provas para compor o efetivo do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, incluindo o Teste de Aptidão Física (TAF). No dia do treinamento, por volta das 7 horas, os alunos deram início às atividades físicas como corrida, flexões, polichinelos, abdominais, sendo a travessia da

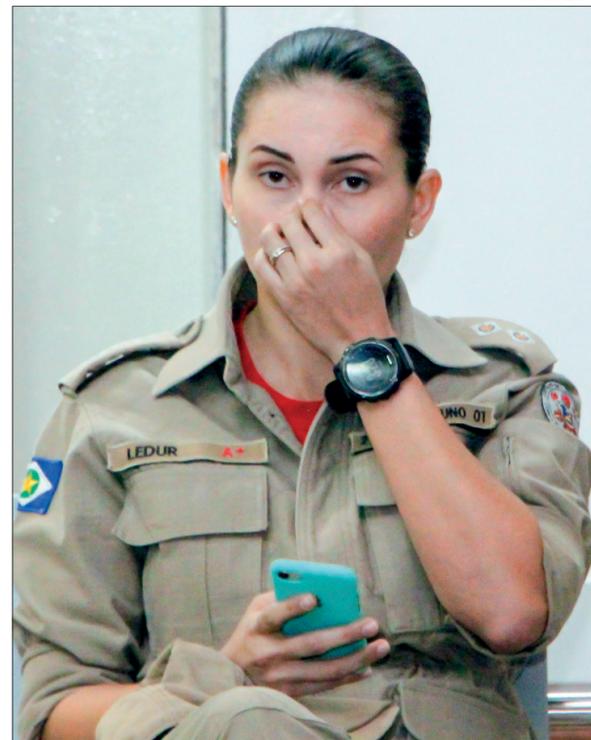
Lagoa Trevisan a última atividade.

Após nadar 40 metros, o aluno começou a ter câimbras, o que foi constatado por todos os outros alunos e instrutores. O tenente Janisley Teodoro Silva ainda tentou ajudar Maurício, mas Ledur determinou que os demais alunos seguissem com a travessia e deixassem Maurício para trás. A tenente usou até mesmo a corda de uma boia para praticar a tortura.

“A partir daí, como forma de aplicar castigo pessoal, a denunciada passou a torturar física e psicologicamente a vítima, quando, além de proferir palavras ofensivas, utilizando a corda da boia ecológica iniciou uma sessão de afogamentos, submergindo-a por diversas vezes”, consta trecho da denúncia.

Após vários ‘caldos’, o aluno pediu socorro e segurou nos braços da tenente, que o repreendeu: “Você está louco? Aluno encostando em oficial”. O aluno, então, teria perdido a consciência e acordou desesperado às margens da lagoa, vomitando bastante água. Mesmo diante do esgotamento físico e mental, Ledur ainda teria gritado para ele retornar ao lago.

Porém, o aluno recusou e, por estar sentindo fortes dores de cabeça, preferiu não voltar para o treinamento. Momentos depois ele voltou a desmaiar e foi encaminhado para atendimento médico na Policlínica do Coxipó, em Cuiabá. O prontuário médico aponta que o aluno sofreu “esforço físico desgastante, sofreu desmaio, vômitos, 3 episódios de tremor e dor torácica”.



Tenente Ledur foi condenada a um ano de prisão pela morte de Rodrigo Claro

SINOP

Justiça proíbe aumento de 31% na conta de água

Da redação

A Justiça proibiu o aumento na conta de água dos moradores da cidade de Sinop. A decisão liminar, proferida na terça-feira (25), atendeu ao pedido do Município contra a medida tomada pela concessionária Águas de Sinop S.A. e pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município (AGER).

A Prefeitura entrou com uma ação ordinária, com pedido de tutela antecipada, contra o reajuste de 31,12% nas tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e trata-

mento de esgoto. A Prefeitura considerou que o valor era exorbitante, ainda mais diante dos impactos econômicos causados pela pandemia de covid-19.

De acordo com a Prefeitura, o percentual é referente à aplicação da variação do índice Geral de Preços (IGP-M/FGV) referente ao período de setembro de 2020 até agosto de 2021. O pedido da concessionária foi deferido pela agência reguladora e passaria a valer a partir deste mês.

“Todavia, em que pese todo o processo regulatório, incluso, e mesmo diante da orientação desta municipa-

lidade em sentido contrário ao exorbitante reajuste (com base no IGP-M) sobre as tarifas nos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, a requerida AGER-Sinop decidiu pelo reconhecimento da procedência do pleito apresentado pela empresa concessionária (requerida Águas de Sinop S.A.), majorando a tarifa do serviço público em referência de R\$/m3 3,892 (três reais, oitocentos e noventa e dois milésimos por metro cúbico) para R\$/m3 5,103 (cinco reais e cento e três milésimos por metro cúbico), o que não pode

prosperar”, diz trecho do processo.

Na decisão, o juiz da 6ª Vara Cível de Sinop, Mirko Vincenzo Gianotto, destaca que o reajuste dos preços está previsto em lei e que visa compensar, “por meio do emprego do índice de preços prefixado no contrato”, o desequilíbrio econômico-financeiro. No entanto, ele ressaltou que a situação sanitária vivida pelo país não permite aplicar “friamente a letra da lei” e as previsões contratuais sem considerar o contexto fático trazido pela pandemia.

“Não se nega o direito e a obrigatorieda-

de do reajuste das tarifas! No entanto, sobre o pretexto de garantir o equilíbrio econômico-financeiro não se pode admitir a onerosidade demasiada dos usuários do serviço em prol da concessionária, pois, se assim fosse permitido estaria equilibrando um lado para desequilibrar o outro. A solução seria a nivelção das partes envolvidas”, destacou.

O magistrado apontou ainda que o reajuste calculado pelo IGP-M é três vezes maior do que a inflação oficial do país, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em agos-

to de 2021, o IPCA acumulava alta de 9,68% em 12 meses.

“Pelo exposto, o reajuste tarifário baseado no IGP-M, ainda que contratualmente previsto, importa em majoração de 31,12% (trinta e um vírgula doze por cento), revelando-se excessivamente oneroso aos consumidores quando comparado ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) com índices consideravelmente menores”, argumenta.

Giannotte ainda determinou a suspensão das faturas que já tenham sido emitidas com o reajuste de 31,12%.

IMÓVEIS

Apesar do aumento da inflação e da taxa de juros, volume de imóveis negociados cresceu 26% em 2021 e alcançou R\$ 4,3 bilhões

Mercado nunca esteve tão bom

Marcos Vergueiro/Secom-MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O cenário de inflação alta e consequente aumento da taxa básica de juros, a Selic, não desaqueceu o mercado imobiliário de Cuiabá, que continua apresentando sucessivas altas. O volume de recursos transacionados em 2021 aumentou 26% em relação ao ano de 2020, passando de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 4,3 bilhões. É o maior crescimento nos últimos cinco anos.

Os dados fazem parte de um estudo realizado pelo Sindicato da Habitação de Mato Grosso (Secovi/MT), com apoio da Federação do Comércio de Bens e Serviços de MT (Fecomércio/MT) e Secretaria de Fazenda de Cuiabá, que forneceu dados referentes ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

De acordo com o presidente do Secovi/MT, Marco Pessoz, o crescimento do setor imo-

biário é resultado das mudanças macroeconômicas ocorridas no Brasil durante os últimos anos. Após a realização da Copa do Mundo, em 2014, o Brasil começou a sofrer com altas da inflação e juros, o que levou à queda da confiança no país e deixou as pessoas mais cautelosas em seus investimentos.

"Em 2019, nós tivemos a aprovação da Reforma da Previdência, que foi uma peça chave na volta do otimismo no país. Tivemos uma queda grande na inflação, na taxa de juros, a Selic, e uma confiança no crescimento do país nos próximos anos. O quadro que era ruim tornou-se bom, permitindo que as pessoas voltassem a buscar imóveis", avalia.

Os dados do estudo de Acompanhamento do Mercado Imobiliário mostram que o setor vinha apresentado crescimento modesto e chegou a sofrer redução em 2018, com queda de 3,72% no número de imóveis comercializados. Já em 2019, esse volume aumentou em 5%, e continuou crescendo em 2020 (9%) e em 2021 (21%).

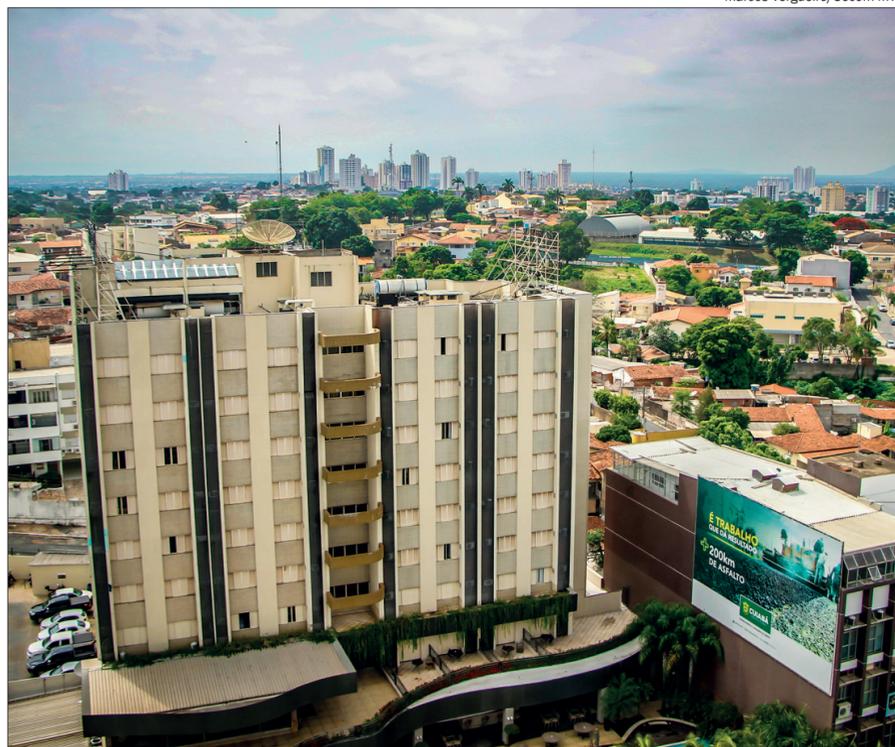
O aumento mais recente, explica Marco Pessoz, também foi influenciado pela pandemia de covid-19, inicia-

da em março de 2020. Devido à necessidade de permanecer em casa, muitas famílias perceberam que precisavam de um imóvel maior, que fosse suficiente para lidar com a energia dos filhos e abrigar o 'home office'. Ou seja: as famílias passaram a olhar mais para o lar em busca de melhor qualidade de vida.

"A pandemia foi responsável para acelerar decisões importantes. Surgiu a necessidade de um espaço na sua casa para trabalhar, famílias com crianças, adolescentes, que ficavam presas em apartamentos, essas pessoas buscaram morar em casas. Nós tivemos um volume de transações muito grande no que diz respeito à venda de terrenos e casas", detalha.

Um detalhe importante captado pelo estudo do Secovi diz respeito ao percentual do valor financiando, que caiu 8,8% entre 2020 e 2021. Dos R\$ 4,3 bilhões transacionados em 2021, R\$ 921 milhões foram financiados. Já no ano anterior, o valor transacionado foi de R\$ 3,1 bilhões e, desse montante, o financiamento correspondeu a R\$ 737 milhões.

A queda no volume financiado não é resul-



Com mais tempo em casa devido à pandemia, famílias buscaram imóveis maiores para acomodar filhos e trabalho

tado apenas do aumento da taxa básica de juros, que começou na segunda metade de 2021. Segundo Pessoz, as famílias que já tinham imóveis preferiram entregá-los como entrada, financiamento apenas o valor restante. Ele sustenta que o financiamento imobiliário continua vantajoso para os brasileiros, já que a taxa de juros permanece abaixo de 10%.

Além disso, uma parcela dos compradores decidiu retirar recursos de investimentos no mercado financeiro, em razão da baixa rentabilidade, e investiu em imóveis, também visando a rentabilidade do aluguel.

"Cada um tomou sua decisão conforme a sua realidade, mas a gente percebe que o volume aumentou muito. O cenário do financiamento ficou em quase R\$ 1 bi-

lhão, mas o valor transacionado também cresceu. Os dois cresceram, as pessoas utilizaram da capacidade de negociar esses imóveis e utilizar o mínimo possível de financiamento", afirmou.

Pessoz afirma que há muitos imóveis disponíveis na Capital, o que dá mais poder de negociação para quem quer comprar, tornando o cenário ainda mais interessante para investimentos.

CARESTIA À VISTA

Mercado aumenta projeção de inflação para o ano

Luciano Nascimento/ABR

Instituições financeiras consultadas semanalmente pelo Banco Central (BC) estimam, em boletim divulgado na segunda-feira (24), que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), inflação oficial do país, deve fechar 2022 em 5,15%. Há uma semana, a projeção do mercado era que a inflação terminasse o ano em 5,09%. Há quatro semanas, era 5,03%.

Para 2023, o mercado manteve a expectativa de inflação da semana passada, de 3,4%. Em 2024, a previsão também é a mesma da última semana.

O boletim Focus reúne a projeção do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Na estimativa desta

semana, o Focus indica a mesma variação do Produto Interno Bruto (PIB) registrada há sete dias, de 0,29%. Há quatro semanas, o mercado previa crescimento da economia brasileira de 0,42%.

O boletim registra ainda diminuição na expectativa de crescimento do PIB para 2023, passando de 1,75% na semana passada para 1,69%. Para 2024, a projeção se manteve estável, em 2%.

JUROS E CÂMBIO - A previsão do mercado para a taxa básica de juros, a Selic, em 2022, também ficou estável em relação ao divulgado na semana passada, 11,75% ao ano. Há quatro semanas, a projeção era que a Selic fecharia 2022 em 11,5% ao ano.

A taxa, definida pelo Comitê de Política Mo-

netária (Copom) está atualmente em 9,25% ao ano. Na próxima reunião do órgão, em fevereiro, o Copom já sinalizou que deve elevar a Selic em mais 1,5 ponto percentual.

Para o fim de 2023, a estimativa é que a taxa básica caia para 8% ao ano, a mesma da semana passada. Para 2024, a previsão para a Selic é 7% ao ano, índice igual ao da semana anterior.

A expectativa do mercado para a cotação do dólar em 2022 também se manteve igual ao projetado na semana passada, R\$ 5,60. No próximo ano, a projeção é de alta no câmbio. Para 2023, a previsão da cotação do dólar subiu de R\$ 5,46 para R\$ 5,50 e, para 2024, se manteve estável em R\$ 5,40.

CLIMA DE RECUPERAÇÃO

Comerciantes iniciam 2022 otimistas e querem contratar

Cristina Índio/ABR

O otimismo dos comerciantes se manteve em alta pela segunda vez consecutiva. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) subiu 1,4% em janeiro e atingiu 121,1 pontos, em uma escala que vai de zero a 200.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que apura o indicador, o resultado é o maior desde março de 2020, quando alcançou 128,4 pontos.

Além disso, é melhor do que o observado no mesmo mês do ano passado. Em dezembro, o índice atingiu 105,8 pontos. Na comparação anual, o avanço é de 14,5%. Os números foram divulgados nessa terça-feira (25) pela CNC.

A pesquisa mostrou ainda que todos os subíndices principais tiveram alta. O destaque ficou com as Intenções de Investimento que, com a variação mensal positiva de 1,8%, atingiu 110,6 pontos, o maior nível desde janeiro de 2014. Naquele momento, chegou a 114,6 pontos. Em relação ao mesmo mês em 2021, o indicador cresceu 16,5%.

Já o item Expectativas do Empresário do Comércio registrou a maior pontuação, atingindo 152,7 pontos, com a alta de 1,5% em relação a dezembro do ano anterior. Na comparação com janeiro do ano passado, o avanço é de 7,5%.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, disse que os resultados da pesquisa refletem o avanço da vacinação e

a consequente relativa volta à normalidade, apesar da disseminação da variante ômicron.

"Mesmo com a propagação da variante ômicron, a vacina tem garantido um impacto menor da covid-19 na população, com sintomas mais leves e redução da taxa de mortalidade. Esse sentimento de segurança vem contribuindo para que os empresários já enxerguem uma pequena melhora nas condições econômicas, no curto prazo", observou Tadros.

CONTRATAÇÕES - O otimismo dos empresários se estendeu também à geração de empregos. A pesquisa mostrou que nos itens que analisam as intenções de investimento dos comerciantes, a maior satisfação se referiu à Contratação de Funcionários (137,2 pontos).

LICENÇA AMBIENTAL

Conselho libera construção de porto no Rio Paraguai

Da redação

O Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cosema) referendou a Licença Prévia da Unidade Portuária Barranco Vermelho, em Cáceres, durante reunião na manhã desta quarta-feira (26). O terminal é um complexo de armazenagem de cargas que servirá para embarque e desembarque de mercadorias da produção agropecuária da região para transporte pela hidrovia Paraguai-Paraná.

A Licença Prévia foi aprovada por 14 conselheiros e teve quatro votos contrários. O terminal requereu autorização para transporte a granel, e não há proposta de transporte de defensivos agrícolas ou combustíveis. Manter estas condições e adicionar a revisão de todas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e cadastro dos responsáveis técnicos da Sema foram condicionantes aprovadas.

"O processo mostra o cumprimento de to-

dos os trâmites legais, a avaliação técnica profunda feita pela Sema, e agora temos a decisão democrática do Conselho, que é soberano, cuja ampla maioria definiu pelo referendo da Licença Prévia", destaca a presidente do Conselho e Secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti.

O conselheiro e Secretário de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Cesar Miranda Lima, destacou que o investimento no Porto vai

fomentar o desenvolvimento de Mato Grosso, principalmente nos municípios que estão na região de fronteira. Ele cita também como prioritário o projeto em andamento da Zona de Processamento e Exportação (ZPE), em Cáceres.

O processo de licenciamento é para o empreendimento da Unidade Portuária Barranco Vermelho, terminal às margens do Rio Paraguai. Conforme o Secretário Adjunto de Licenciamento em exercício,

Valmi Lima, o processo começou em outubro de 2016 e, desde então, passou por todas as análises técnicas necessárias para essa etapa do licenciamento. Durante a análise, foram feitos 111 apontamentos, que foram sanados pelo interessado no licenciamento.

A Sema solicitou um parecer do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), que se manifestou pela competência da Sema-MT

de licenciar o terminal, uma vez que, segundo a legislação, este é o procedimento para o transporte de cargas abaixo de 15 milhões de toneladas ao ano.

Ele destaca que o funcionamento da hidrovia é de competência da União, que regulamenta a navegação fluvial compartilhada no curso da hidrovia Paraguai-Paraná como parte de um tratado de cooperação internacional entre a Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

COMBUSTÍVEIS

Confaz prorroga congelamento do imposto, mas cobra ações estruturais para estabilizar preços e aliviar o peso dos combustíveis na inflação

ICMS é 'congelado' por mais 60 dias

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou na quinta-feira (27), por unanimidade, a prorrogação do congelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. A medida já estava em vigor desde o mês de novembro do ano passado e perderia a validade no dia 31 deste mês. Com a decisão, o imposto estadual permanecerá congelado por mais 60 dias - até 31 de março.

A decisão favorável já era aguardada. Na quarta-feira (26), 21 dos 27 governadores assinaram uma carta pública defendendo a extensão da medida. No documento, eles defenderam que o congelamento perdure até a adoção de mudanças estruturais que ajudem a estabilizar o preço dos combustíveis e reduzir seu impacto na inflação.

"Diante do novo cenário que se descortina, com o fim da observação do consenso e a conco-

mitante atualização da base de cálculo dos preços dos combustíveis, atualmente lastreada no valor internacional do barril de petróleo, consideramos imprescindível a prorrogação do referido congelamento pelos próximos 60 dias, até que as soluções estruturais para a estabilização dos preços desses insumos sejam estabelecidas", diz a carta.

Desde o congelamento inicial, em novembro, a Petrobras já reajustou o preço da gasolina ao menos duas vezes. Em dezembro, a estatal anunciou redução de 3,13% no valor da gasolina nas refinarias. Já em 14 de janeiro, a Petrobras anunciou aumento de 4,85% na gasolina e 8,08% no diesel.

No começo do ano, os governadores haviam se manifestado pelo fim do congelamento da tabela de Preço Médio Ponderado Final (PMPF), usada para calcular o imposto sobre os combustíveis. Eles afirmavam que o governo federal não havia tomado medidas concretas para conter as altas dos combustíveis, deixando toda responsabilidade a cargo dos governadores.

Porém, mudaram de posicionamento após o presidente anunciar a proposta de emenda constitucional (PEC) dos Combustíveis, que pode zerar os impostos fe-

derais sobre a gasolina, diesel e energia elétrica. A estimativa é que o projeto seja apresentado ao Congresso no começo de fevereiro. No entanto, a proposta já sofre resistência, pois inclui a possibilidade de zerar também o ICMS sobre os combustíveis, principal fonte de receita dos Estados.

Os governadores defendem outra solução estrutural: a criação de um fundo para absorver a variação do combustível no mercado internacional. O barril de petróleo tem passado por constantes valorizações no mercado internacional e já é comercializado a 88,55 dólares nesta quarta-feira (26), com tendência de alta, o que deve obrigar a Petrobras a anunciar novo reajuste em breve.

A criação do fundo de estabilização dos preços dos combustíveis consta no projeto de lei 1.472/2021, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

"O Comsefaz apoia a criação do fundo de equalização como forma de evitar que os reajustes do barril de petróleo no mercado internacional sejam repassados para o preço final dos combustíveis, como tem ocorrido, gerando os aumentos frequentes", diz nota divulgada pelo Conselho após a reunião da última quinta-feira (27).



Durante o período do congelamento, preço da gasolina recuou 21 centavos nas bombas dos postos de MT

IMPACTO DO CONGELAMENTO NOS PREÇOS

O congelamento do ICMS sobre os combustíveis desde novembro do ano passado trouxe alívio, ainda que pouco, aos consumidores mato-grossenses. Seu impacto acabou sendo potencializado pela redução de impostos no estado, que teve início em janeiro de 2021, conforme mostram dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que colhe semanalmente os preços praticados em postos de todas as regiões do país.

Conforme os dados da ANP, o preço médio da gasolina caiu 21 centavos em Mato Grosso entre a primeira semana de novembro e a última semana de janeiro (16 a 22/01). Neste período, a Petrobras reajustou o preço da gasolina duas vezes. Em dezembro, houve redução de 3,13%.

Já em 14 de janeiro, houve aumento de 4,85%.

O diesel foi o único combustível que registrou aumento no período do congelamento do ICMS. Os dados da ANP apontam que houve alta de 12 centavos no preço médio praticado pelos postos de Mato Grosso, saindo de R\$ 5,73 por litro na primeira semana de novembro para R\$ 5,97 o litro na última semana de janeiro (16 a 22). Esse aumento é resultado do reajuste promovido pela Petrobras, que elevou em 8,08% o preço do combustível nas refinarias. Ao contrário da gasolina, o preço do diesel não foi reduzido em dezembro.

Por fim, o etanol também ficou mais barato em Mato Grosso no período. Conforme a ANP, o litro do biocombustível saiu de R\$ 5,50 na primeira semana

de novembro para R\$ 4,89 na última semana de janeiro (16 a 22), o que representa uma redução de 60 centavos no preço médio.

Parte das reduções nos preços também se deve ao corte de impostos promovido pelo governo do Estado. Foi reduzido o imposto da gasolina de 25% para 23% (a menor alíquota do país) e do diesel de 17% para 16%. No etanol, Mato Grosso já adota a menor alíquota entre os estados, de 12,5%.

A diferença é perceptível no preço da gasolina. Em São Paulo, o combustível recuou 12 centavos no período do congelamento do ICMS, enquanto em Mato Grosso a redução alcançou 21 centavos. O diesel, no entanto, subiu na mesma proporção em ambos os estados.

ENERGIA SOLAR

O último ano do benefício fiscal

Da redação

Os consumidores interessados em aproveitar a geração de energia solar sem a cobrança de mais um imposto têm até o final deste ano para fazer o projeto e instalação dos painéis solares. Conforme o marco do setor, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a cobrança será feita de forma gradual e pode alcançar mais de 20% até 2031.

Muita gente já está de olho nisso. O mercado tem crescido de forma acelerada e o Brasil registrou um número recorde de novos projetos solares em 2021, quando a capacidade solar instalada no país passou a marca de 8,5 GW.

De acordo com o presidente do Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás de Mato Grosso (SindiEnergia/MT), Tiago Viana Arruda, o imposto será cobrado com base na carga transmitida pelo 'fio B', que é o responsável por injetar a energia não utilizada na rede elétrica. A taxa não será cobrada sobre a energia utilizada na hora pelos consumidores.

Cálculos ainda deverão ser feitos para avaliar qual a economia proporcionada ao sistema elétrico, pois como a energia é gerada e utilizada no mesmo local, não há perdas como ocorre nas linhas de transmissão. O percentual de economia será descontado do "novo imposto", que

deve chegar a 28% ao longo de dez anos, quando terminar o período de transição.

"Durante 10 anos, vai sair de 0 até 28% sobre o valor da energia injetada. E vai ser descontado desses 28% o benefício que a geração distribuída traz para o sistema elétrico. Esse benefício será medido agora, através de um grupo de trabalho com o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) e as entidades setoriais, que vão valorar o quanto a geração distribuída traz de benefícios", explica.

Apesar de parecerem concorrentes, a geração de energia por meio das hidrelétricas e a solar são complementares. Tiago explica que a combinação dos

dois métodos de geração permite criar uma "bateria" mais barata do mundo. Dessa forma, durante o dia a energia solar seria a mais utilizada. Já durante a noite, abrem-se as comportas das barragens para abastecer as residências.

"Desse modo, você consegue otimizar as duas fontes renováveis que nós temos, de grande potencial, que é a hídrica e a solar. Com isso, traz um equilíbrio para o sistema e essa possibilidade de criar a bateria mais barata do mundo, a água na barragem. É só usar a gravidade e ser inteligente na hora de operar", completa.

Ainda segundo Tiago, a energia solar é a melhor amiga do meio ambiente, pois os

sistemas mais modernos que estão sendo fabricados têm garantia de 30 anos. Portanto, a vida útil de um sistema fotovoltaico pode durar até 60 anos, tornando o investimento extremamente atrativo a longo prazo.

Segundo Tiago, o setor ainda está "engatinhando" e tem um potencial enorme de crescimento. Ele cita que há vários protocolos internacionais que preveem a inserção de energia fotovoltaica na faixa de 30% até 2050.

"É um mercado fantástico. A previsão nossa é, até 2050, algo em torno de 600 bilhões de dólares. Trazendo aqui para a nossa realidade, algo em torno de R\$ 50 bilhões para esse ano [2022], no Brasil", afirma.

Com painéis, até o fogão 'rodou'

Para exemplificar os benefícios da energia fotovoltaica, o Estadão Mato Grosso conversou com o analista de sistemas Jander Gonçalves, que trabalha em 'home office' e sempre se preocupava em economizar energia. Mesmo ficando dentro de casa boa parte do dia, o uso de ar-condicionado era regado. Isso mudou após a instalação da microgeração.

Se antes procurava economizar energia em tudo, agora já abandonou até o fogão a gás em troca de painéis elétricos, garantindo mais qualidade de vida. O con-

sumo de energia na casa de Jander passou de cerca de 300 kWh/mês para cerca de 500 kWh/mês após a instalação do sistema, mas a 'conta de energia' permaneceu praticamente a mesma.

"A energia solar é muito boa. Trouxe possibilidade de comprar mais equipamentos elétricos, comprei um ar-condicionado para a sala, forno elétrico, panela de pressão elétrica, panela elétrica de arroz, consegui deixar de utilizar o gás de cozinha, que também tem aumentado bastante", explica, acrescentando que, apesar de

todo o consumo, ainda injeta cerca de 300 kWh por mês de crédito.

Jander fez um financiamento de 60 meses, a uma taxa de 1,53% ao mês. O valor do sistema ficou em R\$ 24.300. Somando juros e taxas bancárias, o valor total do financiamento ficou em R\$ 40.320, parcelado em R\$ 672 mensais. Somado ao valor da nova fatura, ele paga mensalmente R\$ 770, cerca de R\$ 340 a mais do que pagava antes. Porém, ele dobrou o consumo e projetou seu sistema para gerar mais energia do que consome.

Entenda o processo para a instalação

Proprietário de uma empresa especializada em energia solar, Diego Costa explica que os sistemas já são calculados com uma espécie de 'sobra', pois há uma tendência natural de aumentar o consumo de energia após a instalação. O primeiro passo na elaboração do projeto é avaliar o consumo, se o cliente usa de forma regrada ou não.

"A partir disso, vamos analisar qual o tipo de telhado da casa dele, o tipo de padrão e relógio, qual a classe de consumo ele está inserido. Com essas informações, geramos uma proposta. Se o cliente gasta R\$ 500 por mês, sugerimos fazer um planejamento de R\$ 700", explica Diego, acrescentando que a parte do telhado que vai receber as placas deve estar voltada para o norte, de forma a maximizar os rendimentos.

Após as definições sobre a forma de pagamento, dá-se início aos procedimentos junto à Energisa, com apresentação de projetos. De acordo com Diego, o projeto costuma já estar aprovado pela Energisa quando todos os materiais chegam dos fornecedores, pois a concessionária tem prazo de até 20 dias para a análise.

Depois de feitas as instalações, uma vistoria é solicitada e deve ser feita pela concessionária de energia em até 7 dias.

"Eles vão trocar o relógio por um bidirecional, que tem a entrada de energia e a saída. A partir disso, o cliente já está gerando energia e jogando na rede. Esse é o último processo da cadeia, quando a Energisa vai lá e troca o relógio. Depois disso, nós fazemos uma entrega técnica, com toda a papelada e aplicativo para o cliente fazer um monitoramento", conclui.